

**A (IN)FLEXIBILIDADE DO PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO  
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO  
E SEUS IMPACTOS NO ENSINO DE LÍNGUA**

*Joane Marieli Pereira Caetano* (UENF)

[joaneiff@gmail.com](mailto:joaneiff@gmail.com)

*Milene Vargas da Silva Batista* (UENF)

[milenevargas@gmail.com](mailto:milenevargas@gmail.com)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)

[elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho propõe-se a discutir a categorização no português brasileiro e seus impactos no ensino de língua, tomando por base a linguística centrada no uso (BYBEE, 2010). Com vistas à perspectiva de análise disposta pela teoria da gramaticalização, como objeto de estudo utilizou-se uma série ocorrências nas quais se nota o trânsito constante de um item gramatical entre várias categorias pré-estabelecidas pela classificação tradicional, evidenciando a mutabilidade das definições diante das pressões de uso em determinados contextos comunicativos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, alicerçada teoricamente em Givón et. al (1980), Labov (1972), Martelotta (2003), Neves (2003), dentre outros, e com análise de *corpus* coletado de sites da *Web*, ambientes nos quais suas linguagens digitais possibilitam, conforme Marcuschi (2014), “a redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso”. Ademais, estes enunciados ocorrem de maneira constante no cotidiano dos alunos da atualidade diante da utilização cada vez mais frequente das mídias sociais digitais. A presente pesquisa teve como objetivo específico fazer um paralelo entre as concepções pré-estabelecidas pela norma tradicional e suas novas acepções em diversos contextos, em que se permite identificar a instabilidade da perspectiva de imobilidade das categorias gramaticais. Constatou-se que tal entrave permitiu questionar a validade de um ensino de língua que se embasa exclusivamente em modelos fixos e regulares de categorização, tendo em vista que os usos estigmatizados pela tradição gramatical se mostram amplamente frequentes nos veículos de comunicação social. Este trabalho fundamenta sua importância na necessidade de análises entre normatividade (língua ideal, homogênea) e normalidade (uso da língua, heterogeneidade linguística) em língua portuguesa, tornando-se mister reconhecer a flexibilidade e a variabilidade linguísticas para o reconhecimento do falante diante de sua própria língua.

**Palavras-chave:** Mutabilidade linguística. Funcionalismo. Categorização.

**1. Introdução**

Este trabalho propõe-se a discutir a categorização no português brasileiro e seus impactos no ensino de língua, tomando por base a lin-

guística centrada no uso (BYBEE, 2010). Com vistas à perspectiva de análise disposta pela teoria da gramaticalização, como objeto de estudo utilizou-se uma série ocorrências nas quais se nota o trânsito constante de um item gramatical entre várias categorias pré-estabelecidas pela classificação tradicional, evidenciando a mutabilidade das definições diante das pressões de uso em determinados contextos comunicativos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, aliçada teoricamente em Givón et al. (1980), Labov (1972), Martelotta (2003), Neves (2003), dentre outros, e com análise de *corpus* coletado de sites da *Web*, ambientes nos quais suas linguagens digitais possibilitam, conforme Marcuschi (2014), “a redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso”. Ademais, estes enunciados ocorrem de maneira constante no cotidiano dos alunos da atualidade diante da utilização cada vez mais frequente das mídias sociais digitais.

A presente pesquisa teve como objetivo específico fazer um paralelo entre as concepções pré-estabelecidas pela norma tradicional e suas novas acepções em diversos contextos, em que se permite identificar a instabilidade da perspectiva de imobilidade das categoriais gramaticais.

Constatou-se que tal entrave permitiu questionar a validade de um ensino de língua que se embasa exclusivamente em modelos fixos e regulares de categorização, tendo em vista que os usos estigmatizados pela tradição gramatical se mostram amplamente frequentes nos veículos de comunicação social. Este trabalho fundamenta sua importância na necessidade de análises entre normatividade (língua ideal, homogênea) e normalidade (uso da língua, heterogeneidade linguística) em língua portuguesa, tornando-se mister reconhecer a flexibilidade e a variabilidade linguísticas para o reconhecimento do falante diante de sua própria língua.

## **2. O processo de categorização no Português: (in)flexível?**

Diante da evolução da língua através dos tempos, nota-se o surgimento de fenômenos não prescritos, tampouco reconhecidos pelo arcabouço teórico tradicional. Conforme Martelotta (2003), tal mudança linguística ocorre como produto resultante das relações interativas entre os usuários da língua, nas quais os fatores tempo, cognição e uso são elementos motivadores de novas acepções gramaticais, principalmente, diante das pressões de uso da língua. O autor traz as seguintes considera-

ções sobre a relação dialógica entre interlocutores durante a comunicação:

(...) se por um lado a produção discursiva é limitada pelas restrições já consagradas na gramática da língua, por outro constitui um processo criativo no qual o falante recria forma e estende sentidos de acordo com suas limitações cognitivas e as necessidades comunicativas impostas contextualmente. Quando essas recriações são, nas palavras de Bolinger (1975), percebidas, apreciadas e adotadas, elas permanecem, podendo vir a gerar situações efetivas de mudança. (MARTELOTTA, 2003, p. 71)

Para compreender essas recriações cada vez mais frequentes nas práticas de uso linguístico, a teoria funcionalista é utilizada, com fins de análise da interação verbal, especificamente, das funções adquiridas pelos fenômenos linguísticos no momento prático das interações comunicativas.

Essa análise recebe bastante contribuição das teorias sociolinguísticas que compreendem a língua e seus fenômenos de mutabilidade a depender do contexto de aplicação dos itens lexicais, os quais podem sofrer alterações a partir de seus estatutos categoriais originais, uma vez que fatores extratextuais podem ser grandes contribuintes para o efeito de mudança. Assim, a teoria sociolinguística de Labov (1972) tende a ser referência para compreensão dos processos modificadores da língua.

A terminologia linguística centrada no uso surge nos pressupostos teóricos de Langacker (1987) ancorada nos usos linguísticos, compreendendo também a linguagem como produto cognitivo e social.

Sobre o fenômeno linguístico da categorização, sabe-se que os itens linguísticos se organizam em categorias. Conforme os pressupostos teóricos tradicionais, as categorias são fenômenos discretos, no sentido de que se constituem como entidades bastante delimitadas, pressas em modelos fixos, não considerando, portanto, nenhuma possibilidade de alteração ou permuta entre definições categóricas.

No entanto, na prática discursiva, tais itens linguísticos alteração ou reconfiguram-se em outras categorias, a depender das pressões de uso em determinado contexto.

Perante tal situação, instituiu-se, a partir de Rosch (1976), a noção cognitivista de protótipo, estendendo-se à perspectiva de flexibilidade:

A flexibilidade característica da noção de protótipo traz a vantagem de permitir acomodar novas categorias ainda desconhecidas, mas que, como membros periféricos, podem vir a se associar a uma categoria prototípica, sem

provocar uma reestruturação fundamental no sistema categorial e assegurando alguma estabilidade.

### **2.1. Mutabilidade dos processos de gramaticalização: o fenômeno linguístico-discursivo da gramaticalização**

A noção de mutabilidade linguística contribui para o entendimento dos processos analisados pela linguística centrada no uso, descrita por Bybee (2010), tais como a gramaticalização de itens em língua portuguesa.

A gramaticalização, grosso modo, ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais, podendo mudar de categoria sintática (também denominado recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas. (CASTILHO, 1997, p. 31)

A partir do movimento de mudança nas categorias gramaticais nota-se a multiplicidade das funções discursivas que os itens lexicais têm ou que podem passar a ter. Segundo Moura Neves (1997, p. 12), “a pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura linguística e forma a base de sua organização semântica e simbólica, ou seja, lexical e gramatical”. Nesse sentido, destina-se aos fatores extralinguísticos grande contribuição para o desenvolvimento das nuances discursivas que levam os itens lexicais a se gramaticalizar.

As unidades linguísticas são inúmeras, sempre vistas com um auto teor de gramaticalização, que não desempenham uma função direta de sintática, mas, atuam com uma função relevante na produção pragmática no discurso, estabelecendo assim, conexões entre os enunciados, organizando-os em blocos, indicando o seu sentido argumentativo, introduzindo novos temas, mantendo e orientando o contato do locutor com o interlocutor. (DOMÍNIO, 2009)

Nos estudos sobre gramaticalização propostos por Hopper & Traugott (1993), abordam-se duas maneiras de se entender este processo: através de uma perspectiva histórica (etimologia das formas gramaticais e tipicidade das mudanças) e por intermédio de uma noção sincrônica (análise de padrões fluidos do uso linguístico). Com essas perspectivas pode-se compreender, por exemplo, como questões extralinguísticas interferem no uso linguístico ao longo do tempo.

Em se tratando de exemplos atuais mais práticos, em referência à fala adolescente, na oralidade é muito comum a ocorrência do vocábulo “tipo” (ou “tipo assim”) adquirindo funcionalidades de marcador discursivo.

sivo. Entretanto, o estatuto categórico original desse item lexical é de substantivo, como em “Esse é o tipo perfeito de relacionamento”. O item “tipo” pode ainda sofrer mais mudanças funcionais e apresentar feições de conjunção comparativa, como em “Quero uma pessoa perfeita, tipo você”.

A linguística centrada no uso reconhece o surgimento de novas acepções de função à medida que o estatuto de categoria original não atende a todas as necessidades comunicativas do falante. Heine et al., (1991) acrescenta também como elemento indutor dessas mudanças a existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas, então, o item se gramaticaliza para resolver tal lacuna.

Na contemporaneidade há ainda a influência do avanço tecnológico e do aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação nos modos de se expressar linguisticamente, uma vez que, em meio digital, o aluno porta-se de forma diversificada. Nas principais redes interacionais surgidas com a amplitude da Internet, as redes sociais, pode-se verificar a “redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso”. (MARCUSCHI, 2014)

No contexto acima, nota-se a ocorrência do processo de gramaticalização no item “a gente”, por exemplo, o qual sofre nuances categoriais passando inicialmente de substantivo comum “gente”, do latim *gens*, para a forma de locução pronominal, coexistindo também na categoria formal de substantivo comum “agente” para se referir semanticamente a um cargo profissional.

Pensando-se na aplicabilidade didático-pedagógica da linguística centrada no uso, sua principal contribuição diz respeito a análise sempre atualizada, coerente e abarcadora das mudanças linguísticas, as quais estão constantemente presentes na vivência cotidiana dos alunos, mas que muitas das vezes não é contemplada por determinadas abordagens.

Martelotta (1993) valoriza no funcionalismo ou linguística centrada no uso a característica de estar atento às práticas reais próprias do cotidiano dos usuários da língua, pois tal abordagem não deixa de compreender a capacidade linguística de um constante reinventar-se, já que se trata de “um sistema de regularidades resultantes das pressões de uso, e que, em consequência disto, nunca se estabiliza, caracterizando-se, ao contrário, por um constante fazer-se”.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Discorre-se na seção seguinte acerca das disposições registradas em documentos legais oficiais para o ensino de língua portuguesa como também em documentos elaborados pelo Ministério da Educação destinados a orientar a ação docente na sala de aula. Procura-se identificar quais são as orientações e de que maneira a abordagem funcionalista da linguística centrada no uso se apresenta. Em seguida, pensa-se na realidade da prática pedagógica diante da teoria orientadora.

### 3. *Categorização e ensino de língua portuguesa: o que dizem os documentos oficiais?*

A antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 5.692/71) predizia uma orientação dicotomizada para o letramento em língua portuguesa, principalmente no ensino médio, valorizando-se o binômio: conteúdos de literatura e conteúdos de língua.

Verifica-se neste documento legal a ênfase em habilidades como a fixação de nomenclaturas gramaticais e, em se tratando do ensino de línguas, geralmente não se vincula a análise dos usos de determinadas categorias diante de sua ocorrência discursiva.

Essa abordagem valoriza, assim, a repetição de conteúdos e, conforme apontamentos de Martelotta (1996), esse tratamento didático-pedagógico é um dos principais fatores para o fracasso escolar.

Já a nova LDB (9.394/96) segue uma abordagem diferenciada. Nota-se a preocupação com a adoção de diversificadas metodologias a fim de se destacar a habilidade comunicativa do aluno enquanto usuário de sua língua.

Nos objetivos gerais de língua portuguesa para o ensino fundamental indicados nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCN) ratifica-se a premissa da relevância da capacidade comunicativa do alunado:

Ao longo dos oito anos do ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado.

A língua portuguesa passa a ser entendida além de perspectivas instrumentalizadas a fim de se destacar a importância de identificação e ação do aluno no mundo letrado. Assim, tal proposta compreende algu-

mas competências que o aluno precisa adquirir para utilizar com eficácia sua potencialidade comunicativa. São elas:

Expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados; utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam; conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado; compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz; valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos; utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc.; valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário; usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica; conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

As disposições contidas nesse documento orientador da ação docente para com a língua portuguesa revela a preocupação que o usuário deve destinar ao contexto de aplicabilidade da língua, com as exigências locais, entendendo as diferentes extrações linguísticas e as intenções comunicativas do ato de fala.

Pode-se notar, deste modo, que nas novas disposições legais ou as propostas de documentos orientadores do processo de ensino e aprendizagem de língua se presencia uma proposta funcionalista, na qual o aluno trabalha as questões linguísticas em consonância com os contextos de uso vinculados ao seu ambiente histórico-social.

Esta abordagem releva o aprimoramento da expressão e da compreensão dos alunos nos diversos contextos que exijam sua capacidade de comunicação, tanto oral quanto escrita.

Todavia, no panorama educacional do ensino de língua portuguesa da atualidade nota-se a seguinte contradição: embora todo o respaldo legal indique posicionamento mais crítico do aluno no seu mundo letrado, na prática cotidiana da dinâmica escolar, a realidade é outra. Segue-

## **XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

se, ainda, uma perspectiva valorizadora da norma culta. Resta saber se por falta de entendimento das novas orientações ou se tal entrave se deve pelas dificuldades de se reconstruir a abordagem de língua portuguesa na sala de aula.

Na tentativa de compreender essa realidade, Maria Helena de Moura Neves (1991) realizou uma pesquisa, através da qual identificou várias constatações sobre o ensino gramatical na escola.

Ao versar sobre as funções do ensino gramatical, os professores acreditam que a função principal é levar o aluno a escrever melhor. Constatou também que os professores dizem terem sido direcionados a um ensino crítico de gramática, sobretudo, dos padrões gramaticais tradicionais, e dizem buscar dar aulas de gramática não normativa, pois os próprios professores acreditam que a gramática tradicional “não está servindo para nada”. (NEVES, 1991, p. 34)

No entanto, a mesma pesquisa constatou que os professores ainda assim mantêm suas aulas sistemáticas de gramática do português padrão como um ritual importante e indispensável à legitimação de seu papel na sala de aula.

### **4. Considerações finais**

Constatou-se que o entrave a respeito do processo de categorização em língua portuguesa (a perspectiva tradicional credita inflexibilidade dos estatutos categoriais, sem considerar as práticas centradas e observáveis no uso da língua) permitiu questionar a validade de um ensino de língua que se embasa exclusivamente em modelos fixos e regulares de categorização, tendo em vista que os usos estigmatizados pela tradição gramatical se mostram amplamente frequentes nos veículos de comunicação social.

Por intermédio de revisões nos documentos legais oficiais que regem o ensino de língua, tais como as LDB de 1971 e 1996, e nas orientações disponibilizadas pelo Ministério da Educação para a prática docente, pode-se verificar que, a partir de uma modificação em perspectiva histórica, os documentos passaram a orientar o ensino de língua portuguesa por um viés mais consciente com as práticas de usos linguísticos, no qual o mais importante é a capacidade comunicativa do aluno em se articular a depender da situação de comunicação.

Através dessa investigação documental notou-se também o surgimento de um olhar funcionalista nas orientações didático-pedagógicas, o que se configura como um grande avanço e de relevante contribuição para um ensino de língua contextualizado, visto que se pretende estimular no alunado sua habilidade de participação ativa na realidade que vivencia, articulando seus modos de se comunicar a ela. O entendimento de sua realidade amplia sua capacidade crítica do mundo letrado a sua volta, o que permitirá que possa vir a entender outros contextos de aplicabilidade linguística, na medida em que aprendeu a não estipular uma única modalidade de expressão linguística, mas que foi ensinado a compreender a diversidade dos modos de se entender e de se fazer entender a partir do uso de sua língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan. Semantic substance vs. contrast in the development of grammatical meaning. *Berkeley Linguistics Society*, n. 14, p. 247-264, 2010.

BRASIL. MEC/Secretaria de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, n. 19, p. 25-64. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFBA, 1997.

GIVÓN, Talmy. *Syntax. A functional-typological introduction*. Amsterdã: John Benjamins, 1993.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Functionalism e grammar*. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. Disponível em:

[<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&biw=1024&bih=592&q=G%C3%AAneros+textuais1%3A+defini%C3%A7%C3%A3o+e+funcionalidade+&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs\\_rfai=>](http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&biw=1024&bih=592&q=G%C3%AAneros+textuais1%3A+defini%C3%A7%C3%A3o+e+funcionalidade+&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=>). Acesso em: 16-12-2014.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Ângela Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Linguística funcionalista: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DPA, 2003, p. 17-28.

\_\_\_\_\_; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Grupos de Estudos Discursos & Gramática, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSCH, E. H.; MERVIS, C. B.; GRAY, W. D.; JOHNSON, D. M.; BOYES-BRAEM, P. Basic objects in natural categories. In: *Cognitive Psychology*. Elsevier, vol. 8, n. 3, p. 382-439, 1976.